

O QUE É O ESTADO PARA OS POBRES? INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DE MORADORAS DE UM BAIRRO DE BAIXA RENDA^{1,2}

Nírive Fonseca Machado³
Rogério de Souza Medeiros⁴

1 INTRODUÇÃO

Em consonância com a perspectiva que orienta o programa de pesquisa Lower Classes and Public Institutions (Loci), este artigo busca analisar as relações estabelecidas entre a população em situação de vulnerabilidade social e as instituições públicas (Dubois, 2014). A análise é efetuada a partir da percepção que moradoras do São José, um bairro de baixa renda localizado na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, têm sobre as instituições públicas, captada por meio de suas narrativas de trajetórias familiares. Foram entrevistadas, em 2018, 53 beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), residentes no bairro, com o objetivo de coletar informações sobre suas trajetórias familiares e os usos que elas fizeram e fazem de bens e serviços públicos ao longo de suas vidas. Nesse sentido, buscamos captar a percepção que essas mulheres têm sobre as instituições públicas não por meio de questões específicas sobre conceitos abstratos (instituições, poder público, serviços etc.), mas por temas derivados de suas narrativas de vida (infância, casamento, migração, trabalho). Com isso, tentamos evitar induzir artificialmente uma separação estrita entre os elementos da vida cotidiana das entrevistadas e aqueles ligados à institucionalidade do Estado. Dessa forma, assumimos uma perspectiva centrada nas pessoas, e não no olhar administrativo derivado da esfera institucional e das categorias que organizam o seu funcionamento, em linha com a perspectiva adotada pelo programa Loci. A pesquisa revelou que o Estado não é percebido ou vivenciado como uma abstração – por exemplo, um poder instituído, uma fonte de recursos etc. –, mas por meio de instituições específicas, tais como a escola, o posto de saúde, o centro de referência de assistência social (Cras), com graus variados de aproximação ou distanciamento, legitimidade, permanência, familiaridade etc.

A partir dos dados sobre instituições, programas, bens e serviços públicos acessados por essas beneficiárias, buscou-se analisar a forma como se estabeleceram essas relações ao longo de suas vidas. Os dados de acesso (ou falta de acesso) a bens e serviços públicos foram coletados a partir dos relatos que surgiram espontaneamente das entrevistadas por meio dos depoimentos de suas trajetórias de vida. Ao longo das entrevistas, que buscaram compreender o caminho percorrido por essas mulheres desde suas infâncias até se tornarem adultas, procuramos apreender os momentos e o contexto em que as instituições públicas são acessadas por essas mulheres, bem como a forma como elas se relacionam com esses serviços públicos. A partir dessa perspectiva e dessa estratégia de pesquisa, o bairro São José emergiu dos depoimentos como um território atravessado por experiências de vida, processos e temporalidades diversas que se entrecruzam e se caracterizam pelo contexto denso de cada trajetória de vida narrada pelas mulheres entrevistadas.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi35art3>

2. Os autores agradecem o apoio recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob o Processo nº 402767/2021-7.

3. Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no projeto Plataforma de Recursos Pró-equidade em Políticas Públicas (Inclua) da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

4. Professor do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Neste artigo buscamos, primeiro, uma caracterização geral do território e da população do bairro, e em seguida o perfil das entrevistadas; depois, apresentamos alguns dos principais eixos de análise derivados da primeira leitura dos dados do campo; em seguida, exploramos algumas trajetórias individuais a partir de dois desses eixos de análise; e, por fim, indicamos desdobramentos futuros da pesquisa à medida que outras dimensões dos dados forem exploradas.

2 O BAIRRO E SEUS MORADORES

De acordo com os últimos dados disponíveis, São José é o bairro mais pobre da cidade de João Pessoa (Resende, 2015) e, talvez por estar situado entre dois bairros de classe média – Manaíra e João Agripino –, atrai bastante atenção da sociedade e da mídia local. São frequentes as relações estabelecidas entre o bairro e o aumento da violência na região, tráfico de drogas, furtos etc. Diante desse cenário, foi possível perceber nos discursos das 53 entrevistadas pela pesquisa que ser moradora do bairro São José significava não só ser moradora de uma comunidade pobre, mas também estar sujeita a constantes situações de constrangimento e discriminação por parte da sociedade.

A escolha do bairro São José para a realização da pesquisa levou em consideração dois aspectos fundamentais. Primeiro, ser um bairro com alta concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade social; segundo, existir no bairro equipamentos públicos estabelecidos, como creches, escolas, delegacia, e unidades de saúde e assistência social.

Além desses critérios utilizados na escolha, e do fato de o bairro já ter sido considerado o mais pobre de João Pessoa,⁵ o São José apresenta também uma formação bastante peculiar na história do desenvolvimento urbano de João Pessoa, estando situado em uma região nobre da cidade.

FIGURA 1
Vista aérea no bairro São José, em João Pessoa (Paraíba)



Fonte: Google Earth.

5. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 o bairro São José possuía o menor valor de renda média domiciliar mensal e de renda média *per capita* de todos os 68 bairros que compreendem a cidade de João Pessoa. O dado se torna ainda mais relevante quando se considera que esse bairro está localizado ao lado, separado apenas por um rio, do bairro de Manaíra, que possui o terceiro maior valor de renda média domiciliar mensal e de renda média *per capita* da capital. Estas são estatísticas derivadas do Censo 2010. Disponível em: <<https://www.bme.ibge.gov.br/index.jsp>>.

A área onde hoje está localizado o bairro São José teve sua ocupação intensificada com a relocação de moradores de uma vila de pescadores por conta do projeto de revitalização da orla do bairro de Manaíra, ainda na década de 1970. Hoje em dia, o que divide o São José do bairro de classe média alta de Manaíra é o rio Jaguaribe. O São José encontra-se hoje comprimido entre o rio e uma barreira, devido ao seu crescimento sem planejamento. Hoje, a população do bairro sofre com vários problemas de infraestrutura e acesso a serviços, além dos problemas constantes de alagamento e deslizamento de barreiras no período das chuvas.

3 AS ENTREVISTADAS

A escolha por realizar a pesquisa com beneficiárias do PBF se justifica enquanto uma estratégia metodológica, ao circunscrever a amostra da pesquisa a um grupo social com perfil socioeconômico bem definido, uma vez que essa política social estabelece a renda *per capita* como principal elemento na definição da elegibilidade das famílias ao benefício de complemento de renda. Além disso, o PBF é uma política que funciona, na prática, enquanto um ponto de interseção entre vários outros projetos e políticas públicas, como os serviços da saúde, da educação, da assistência social, entre outros. Assim sendo, o perfil de seu público beneficiário também nos propiciou um ponto de observação privilegiado para uma análise que pretendia, em seu aspecto mais geral, capturar narrativas sobre as relações e os significados que indivíduos pertencentes às classes subordinadas estabelecem com as instituições públicas.

A partir das histórias que reconstroem o passado dessas beneficiárias, foi possível compreender como, a partir de suas trajetórias, são elaborados discursos que nos dão acesso aos momentos de suas vidas em que instituições públicas aparecem e são acessadas. A presente seção do trabalho busca mostrar como a situação vulnerável em que essas mulheres se encontram hoje é, em boa medida, o reflexo de uma vida de privações e de ausência de serviços e políticas públicas.

As entrevistas tiveram o objetivo de apreender a trajetória de vida dessas mulheres e, para tanto, foi perguntado como havia sido o seu passado, suas infâncias, até a constituição de suas famílias. As entrevistadas são mulheres que estudaram pouco, trabalharam muito, e suas histórias são marcadas por violação de direitos, trabalho infantil, abandono, fome e violência. Na tabela 1, foram sistematizados alguns dados sobre o perfil socioeconômico das 53 entrevistadas pela pesquisa.

TABELA 1
Perfil socioeconômico das entrevistadas do bairro São José

Estado civil	Nº
Possui parceiro ou é casada	23
Já teve parceiro ou é divorciada	20
Solteira	6
Víuva	4
Faixa etária	Nº
De 18 a 29 anos	12
De 30 a 39 anos	16
De 40 a 49 anos	13
De 50 a 59 anos	9
Mais de 60 anos	3

(Continua)

(Continuação)

Quantidade de filhos	Nº
Não tem	5
1 ou 2	24
3 ou 4	14
5 ou 6	6
7 ou mais	4
Renda familiar mensal	Nº
Até 0,5 salário mínimo (SM)	8
De 0,5 a 1 SM	15
De 1 a 2 SMs	25
Mais de 2 SMs	1
Não respondeu	4
Grau de escolaridade	Nº
Analfabeta – nunca frequentou a escola	2
Analfabeta – já frequentou a escola	17
Ensino fundamental I completo	3
Ensino fundamental I incompleto	2
Ensino fundamental II completo	5
Ensino fundamental II incompleto	7
Ensino médio completo	9
Ensino médio incompleto	8

Elaboração dos autores.

Obs.: O ensino fundamental é composto das etapas I (primeiro ao quinto ano de escolaridade) e II (sexto ao nono ano de escolaridade).

Sendo assim, pode-se dizer que a maior parte das entrevistadas se encontrava sem parceiro residindo em casa no momento da entrevista; com idade entre 18 e 49 anos; com um ou dois filhos; com renda familiar de até 2 SMs; e com escolaridade muito baixa, sendo 35% das entrevistadas analfabetas. As entrevistadas residentes no bairro são mulheres que nasceram, em grande parte, na zona rural do estado da Paraíba, onde seus pais trabalhavam como agricultores. Desde muito cedo, ainda crianças já trabalhavam nas plantações e eram responsáveis pelos afazeres domésticos e pelo cuidado de seus irmãos e familiares. A memória mais recorrente compartilhada por elas sobre suas infâncias foi o trabalho infantil. Com infâncias marcadas por abandonos, fome e desamparo, começaram a trabalhar como babás, faxineiras e empregadas domésticas entre os 12 e 13 anos de idade no interior ou na capital do estado, e esse tipo de trabalho acabou sendo a única opção para garantir o sustento de suas famílias ao longo de suas vidas. As situações de pobreza e de trabalho infantil aparecem como principais elementos para que elas não tenham conseguido estudar, tornando ainda mais difíceis as suas chances de mobilidade social. Suas trajetórias de vida são marcadas por figuras masculinas abusivas e opressoras, e se muitas relatam a rigidez e a opressão que sofriam de seus pais, avôs e irmãos em suas infâncias, ao formarem suas próprias famílias continuam sofrendo com histórias semelhantes àquelas vividas no passado, mas agora relacionadas aos seus maridos, parceiros e ex-parceiros. Se antes elas eram meninas que cuidavam de suas casas, agora elas se tornam mulheres de “casas de família”, onde o espaço privado aparece como única possibilidade de trabalho. Ao falarem do passado, ficou claro que o cuidado com a casa e com as pessoas que moravam nela era de responsabilidade das mulheres e meninas e, ao falarem do presente, continua evidente que o cuidado doméstico e de seus filhos segue sendo uma responsabilidade eminentemente feminina.

4 PRINCIPAIS EIXOS DE ANÁLISE A PARTIR DA LEITURA PRELIMINAR DOS DADOS

Uma primeira regularidade observada na leitura dos dados refere-se ao fato de que não há muita variação nos tipos de instituições que as moradoras do bairro acessam, mas há muita variação na forma como percebem e vivenciam a relação com as instituições públicas. Em geral, a relação das entrevistadas com as instituições públicas varia tanto em função das condições específicas que caracterizam os perfis de trajetória, quanto pelas especificidades das próprias instituições. Ou seja, a variação nas formas de relacionamento entre as moradoras do São José e as instituições públicas deriva tanto de elementos próprios da especificidade de cada trajetória (a peculiaridade de suas trajetórias familiares, matrimoniais, laborais, educacionais etc.), quanto de características dos diversos setores institucionais da burocracia estatal (saúde, educação, segurança, assistência social etc.).

QUADRO 1

Dimensões que influenciam as formas de relacionamento entre as entrevistadas e as instituições públicas

Elementos das trajetórias	Setores institucionais
• Idade ou geração	• Saúde
• Origem rural ou urbana	• Educação
• Configuração familiar	• Segurança pública
• Número de filhos	• Assistência social
• Idade das crianças	
• Nível educacional	

Elaboração dos autores.

Ao nos debruçarmos sobre os dados, fomos levados a considerar cada uma das dimensões listadas no quadro 1 como um eixo de análise por meio do qual podemos compreender mais a fundo os fatores que influenciam a variação nas percepções que as entrevistadas têm sobre o Estado e suas instituições. Por exemplo, a forma como uma moradora com mais de 60 anos de idade, viúva e analfabeta, percebe a sua relação com a institucionalidade dos serviços públicos é bem distinta da forma como uma mulher jovem (18 a 29 anos), com ensino médio incompleto, com filho pequeno e com parceiro morando no domicílio percebe. Mas também varia a forma de relacionamento se estivermos considerando uma instituição educacional (escola ou creche) ou uma instituição de segurança (posto policial, presídio), por exemplo.

Nesse sentido, sob a perspectiva das trajetórias, os eixos identificados como condicionantes para a experiência de encontro com instituições públicas nos permitem explorar não apenas categorias e marcadores sociais tomados separadamente, mas também a interseccionalidade⁶ que atravessa cada uma das experiências narradas. Da mesma forma, observar os encontros das mulheres com as instituições públicas por meio de instituições específicas nos permite operar analiticamente uma desabstração da categoria “instituições públicas”, possibilitando acessar os múltiplos sentidos que essas instituições assumem na experiência do encontro (Dubois, 2016), dentro do contexto específico de uma trajetória de vida.

6. Cunhado por intelectuais ligadas ao feminismo negro, originalmente o conceito de “interseccionalidade” (Crenshaw, 1989) refere-se ao caráter imbricado das formas de opressão e dominação de raça, classe e gênero. O uso do termo nos estudos sobre desigualdades (Choo e Ferree, 2010) aponta para o efeito de reforço mútuo que estas e outras categorias provocam no processo de reprodução de desigualdades. Para mais detalhes sobre a história do conceito, ver Carbado *et al.* (2013); para possíveis aproximações entre o conceito de interseccionalidade e o campo de análise sobre políticas públicas, ver Medeiros (2019).

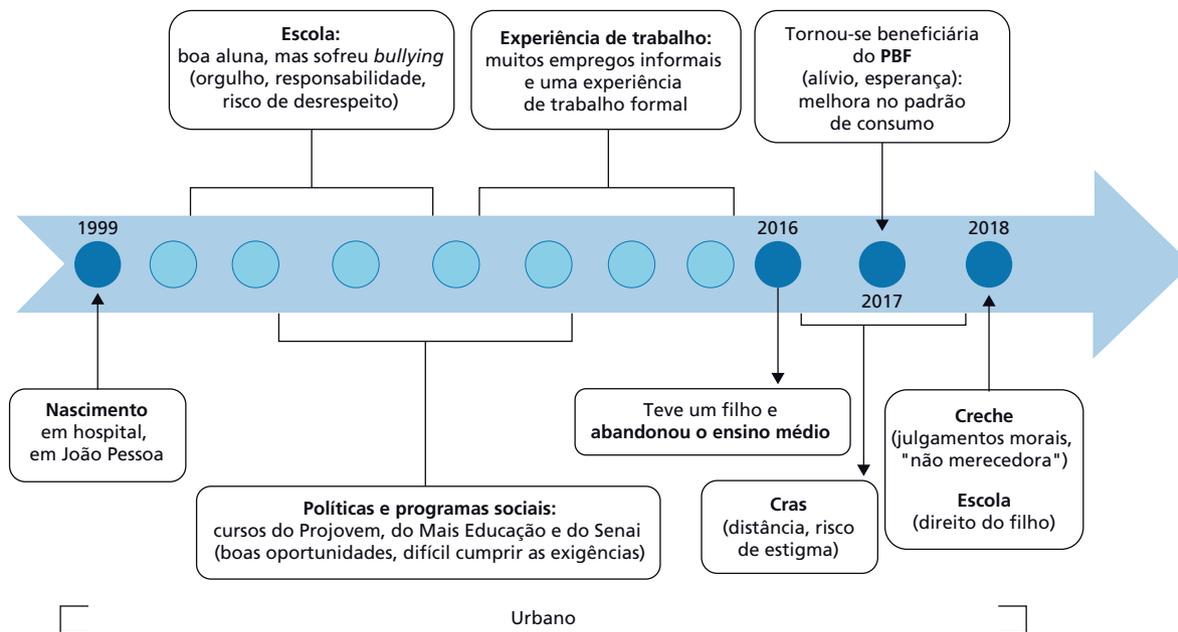
5 EXEMPLOS DE TRAJETÓRIAS, SEGUNDO AS DIMENSÕES DE ORIGEM RURAL OU URBANA, E IDADE OU GERAÇÃO

Apresentamos a seguir alguns exemplos de trajetórias e sua variação segundo dois eixos de análise, as dimensões de origem (rural ou urbana), e idade ou geração. Sendo assim, as figuras 2, 3 e 4 apresentam alguns marcos nas trajetórias de três mulheres, com o objetivo de identificar especificidades dos grupos de entrevistadas que cada uma representa, segundo as duas dimensões em tela. A linha do tempo que caracteriza cada trajetória foi construída por meio de um esforço de periodização dos acontecimentos que surgiram nas narrativas de vida das entrevistadas. Algumas narrativas permitiram uma periodização mais detalhada e precisa, enquanto outras foram reconstruídas por aproximação, por meio da localização dos ciclos de vida (infância, adolescência, vida adulta etc.) e da identificação dos acontecimentos narrados a cada ciclo.

As representações gráficas buscam especificamente identificar a inserção de domínios institucionais na trajetória de vida dessas mulheres, além de sintetizar características dos vínculos estabelecidos com instituições específicas. A qualidade dos vínculos foi identificada, na leitura dos dados,⁷ a partir de uma análise minuciosa dos elementos discursivos que iam compondo cada história narrada, buscando reter os aspectos qualitativos que singularizavam cada encontro entre trajetória individual e domínio institucional. Algumas vezes, foi possível caracterizar o encontro por meio da identificação de uma atitude (por exemplo, confiança ou desconfiança, indignação ou resignação) ou de uma emoção (como esperança e medo) predominantes. Outras vezes, o encontro foi caracterizado por meio de um comportamento claramente identificado (situações de discriminação, *bullying*, agressões).

FIGURA 2

Trajetoira de Luísa (19 anos) e sua relação com instituições públicas (1999-2018)



Elaboração dos autores.

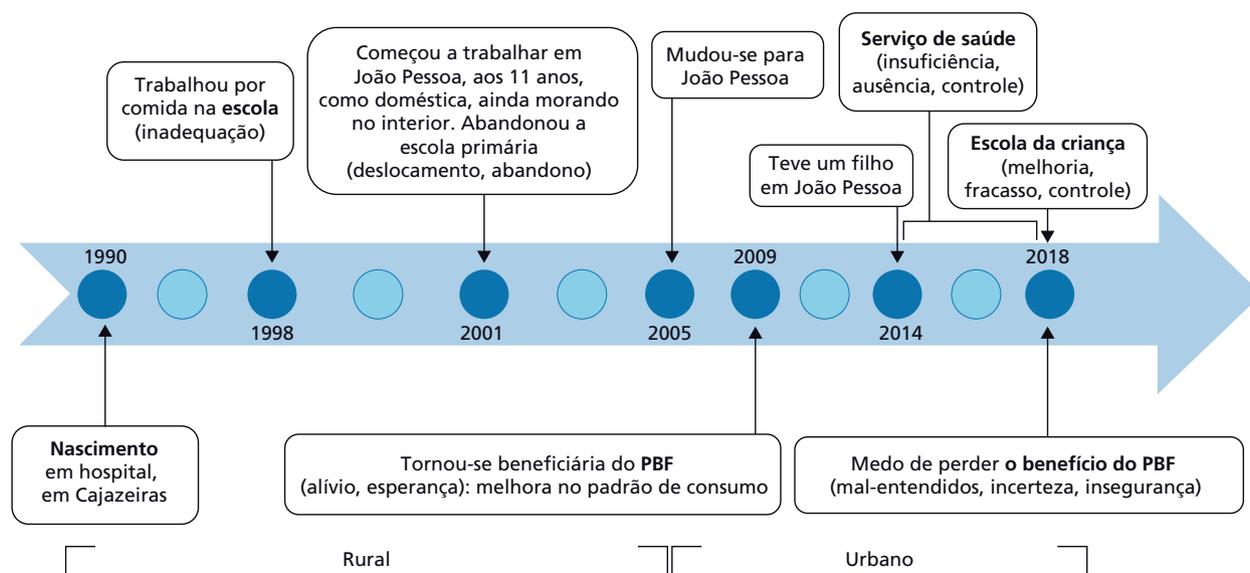
Obs.: 1. Dimensões: origem rural ou urbana, e idade ou geração.

2. Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Projovem – Programa Nacional de Jovens.

7. Foram realizadas 53 entrevistas em profundidade, na sua maioria compostas ao longo de múltiplos encontros, em que também foram registrados dados de observação, o que resultou em mais de 80 horas de entrevistas transcritas.

A trajetória de Luísa,⁸ com 19 anos quando foi ouvida pela pesquisa, representa o grupo de mulheres entrevistadas mais jovens que nasceram e formaram suas famílias na zona urbana. Luísa nasceu em um hospital público em João Pessoa, morou sempre no bairro São José, e por mais que ela destaque as falhas na prestação de diversos serviços públicos ao longo de sua vida, sua trajetória é marcada por experiências e relações com hospitais, postos de saúde, cursos de formação, escolas, creches, serviços e benefícios da assistência social. Ao contrário da maioria das entrevistadas, Luísa fez curso técnico no Senai e, mesmo não tendo concluído o curso, foi capaz de estagiar na área por alguns meses. Outro elemento que marca a diferença de sua trajetória em comparação com as demais que serão apresentadas a seguir diz respeito à sua trajetória ocupacional. Luísa já trabalhou como garçone, auxiliar administrativa e babá, e deseja não precisar trabalhar como empregada doméstica para se sustentar.

FIGURA 3
Trajetória de Maria Helena (28 anos) e sua relação com instituições públicas (1990-2018)



Elaboração dos autores.

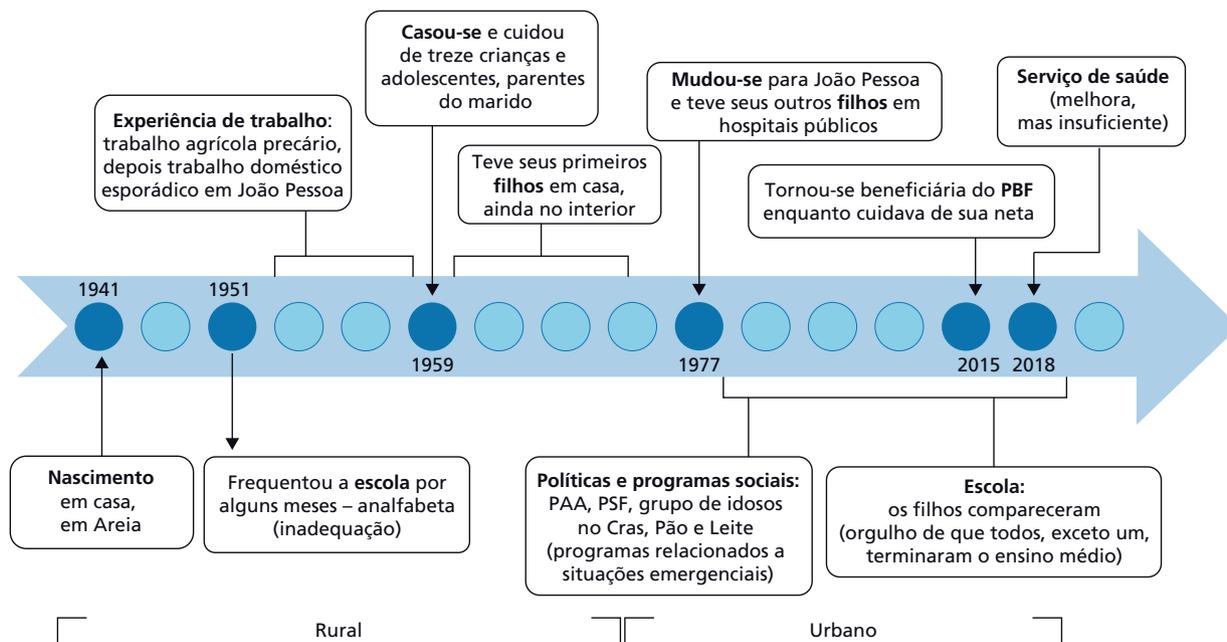
Obs.: Dimensões: origem rural ou urbana, e idade ou geração.

Maria Helena, que tinha 28 anos de idade quando foi entrevistada para a pesquisa, nasceu no interior do estado, na cidade de Cajazeiras, e migrou para João Pessoa ainda criança para trabalhar como empregada doméstica em casa de família. Ela nasceu em um hospital, frequentou a escola pública por alguns anos e, junto com suas irmãs, lavava a louça da merenda escolar na hora do recreio em troca de levar para casa o que sobrou da comida preparada na escola. Sua educação é interrompida ainda quando criança, quando teve que começar a trabalhar na capital, e a única experiência profissional que teve ao longo de sua vida foi a de trabalhadora doméstica. No bairro, tem acesso a serviços de saúde, escola para o filho, educação para jovens e adultos (EJA), e serviços e benefícios oferecidos pela política de assistência social.

8. Os nomes utilizados são todos fictícios para preservar o anonimato das entrevistadas.

FIGURA 4

A trajetória de Maria das Dores (76 anos) e sua relação com instituições (1942-2018)



Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Dimensões: origem rural ou urbana, e idade ou geração.

2. PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; PSF – Programa Saúde da Família.

Maria das Dores, com 77 anos de idade em 2018, representa o grupo de beneficiárias mais velhas entrevistadas. Assim como Maria Helena, Maria das Dores nasceu no interior do estado, no município de Areia, mas seu nascimento aconteceu em casa, e não em uma instituição pública. Maria das Dores nasceu em 1941, no sítio onde seus pais moravam e trabalhavam, e o seu primeiro contato com uma instituição pública se deu apenas dez anos depois de nascida, quando começa a frequentar a escola pela primeira vez. Após ter frequentado a escola por apenas alguns meses, ela também para de estudar para trabalhar em uma usina de cana-de-açúcar, ainda criança. Ao contrário das duas trajetórias apresentadas anteriormente, Maria das Dores tem muitos filhos. Assim como a maioria das entrevistadas, tem o trabalho doméstico como a principal forma de ocupação profissional ao longo da vida. Parte dos seus filhos nasceu em casa, ainda no interior, e os demais nasceram em hospitais públicos, na capital do estado. Depois que se mudou para João Pessoa, todos os seus dez filhos frequentaram as escolas públicas do bairro e da região, e ela passou a acessar serviços de saúde, educação, assistência social, habitação e segurança pública no bairro São José.

As trajetórias citadas representam três perfis de um grupo de beneficiárias do PBF que nos ajudam a compreender as formas como essas mulheres interagem e se relacionam com as instituições públicas ao longo de suas vidas. Considerando-se a análise proposta a partir dos dois eixos – origem rural ou urbana, e idade ou geração –, percebe-se que o acesso, a intensidade e a manutenção dos vínculos que essas mulheres estabelecem com as instituições públicas podem variar significativamente. Pode-se dizer que existem semelhanças na falta de acesso a oportunidades educacionais para todas as mulheres entrevistadas, mas a situação varia muito se essa mulher estiver no campo ou na zona urbana, se for jovem ou idosa. Se, por um lado, morar na capital, em um bairro comparativamente bem atendido por serviços públicos, ainda que predominantemente de baixa renda, parece facilitar

o acesso a diversos serviços públicos, por outro lado a baixa escolaridade ou o número de filhos interferem na forma como elas vivenciam o contato com as instituições públicas.

Os eixos de análise aqui apresentados nos permitiram a identificação de regularidades e nuances entre os casos e, conseqüentemente, uma compreensão mais detalhada dos tipos e das propriedades das relações estabelecidas entre as classes populares (Bourdieu e Passeron, 1975; Lahire, 1995) e as instituições públicas. Estes eixos podem servir para a posterior construção de uma tipificação que ajude a aprofundar a compreensão acerca da variabilidade dessas formas de relação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESDOBRAMENTOS FUTUROS DA PESQUISA

A partir dos elementos que apresentamos até esse ponto da pesquisa, com uma leitura mais panorâmica dos casos, e com a identificação das principais dimensões e eixos de análise, pretendemos iniciar o aprofundamento da análise acerca das relações das entrevistadas com instituições específicas, como creche, escola, Cras e unidade básica de saúde (UBS). Como mencionado anteriormente, faremos isso com base nos depoimentos que espontaneamente nomearam os seus relacionamentos com essas instituições como significativos dentro das suas trajetórias de vida. Sobre isso, já foi possível identificar algumas peculiaridades que necessitam de um olhar mais detido. Exemplo disso são os depoimentos que revelam o relacionamento das moradoras com as duas creches públicas instaladas no bairro. Pretendemos abordar o caso das creches explorando os elementos discursivos presentes nos depoimentos das moradoras do bairro sobre sua decisão de colocar ou não os filhos na creche.

O relacionamento dessas mulheres com a institucionalidade do Estado, quando tomado sob a perspectiva de instituições específicas, permite a identificação de elementos socioculturais importantes – valores morais, sentidos de dignidade e valor próprio, senso de pertencimento, de obrigação e de responsabilidade – que interferem no acesso, na compreensão, na confiança ou desconfiança que elas desenvolvem em relação a essa instituição. O caso da creche, por exemplo, parece nos dar um acesso ampliado à dimensão de gênero que estrutura as relações familiares e de vizinhança no bairro e, por extensão, aos processos de construção de fronteiras morais (Machado, 2020) entre as moradoras do território. Papéis tradicionais de gênero, orientações normativas acerca de merecimento e não merecimento, julgamentos morais sobre responsabilidade e cuidado, todos são mediadores culturais fortes da relação dessas mulheres com um setor específico da burocracia estatal singularizados por meio das narrativas sobre uma instituição concreta, a creche. Considerando isso, e para finalizar as nossas considerações, compreendemos que todos os aspectos mencionados aqui, além daqueles que indicamos como possíveis desdobramentos da pesquisa, apontam para a importância de se ampliar o entendimento acerca das políticas e das burocracias públicas sob a perspectiva da população usuária. Percebemos que essa perspectiva centrada nas pessoas, que consiste no principal ponto de convergência das pesquisas que compõem o programa Loci, permite identificar fatores que são apenas pressupostos – ou simplesmente ignorados – quando se assume uma perspectiva essencialmente administrativa da ação estatal. Vai se tornando cada vez mais evidente que analisar a atuação do Estado com base exclusivamente nas categorias que organizam as práticas institucionais nos dá uma visão parcial dos processos de intervenção estatal, e que é igualmente crucial compreender as categorias que organizam as relações sociais em que as populações usuárias estão imersas, assentadas em territórios específicos, e que afetam diretamente as chances de que essas ações estatais sejam ou não efetivadas. É preciso se perguntar mais e mais sobre o que é o Estado para quem tem sua vida afetada pelas ações do Estado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. de; D'ANDREA, T.; DE LUCCA, D. Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. **Novos Estudos Cebrap**, n. 82, p. 109-130, 2008.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: S.A, 1975.
- CARBADO, D. W. *et al.* Intersectionality: mapping the movements of a theory. **Du Bois Review: social science research on race**, v. 10, n. 2, p. 303-312, 2013.
- CHOO, H. Y.; FERREE, M. M. Practicing intersectionality in sociological research: a critical analysis of inclusions, interactions, and institutions in the study of inequalities. **Sociological Theory**, v. 28, n. 2, p. 129-149, 2010.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139, 1989.
- DUBOIS, V. Towards a critical policy ethnography: lessons from fieldwork on welfare control in France. **Critical Policy Studies**, v. 3, n. 2, p. 221-239, 2009.
- _____. The state, legal rigor, and the poor: the daily practice of welfare control. **Social Analysis**, v. 58, n. 3, p. 38-55, 2014.
- _____. **The bureaucrat and the poor**: encounters in French welfare offices. New York: Routledge, 2016.
- FELTRAN, G. de S. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 27, p. 495-512, 2014.
- LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. 1. ed. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldfeder. Paris: Ática, 1995.
- LOTTA, G.; PIRES, R. Street-level bureaucracy research and social inequality. *In*: HUPE, P. (Org.). **Research Handbook on street-level bureaucracy**: the ground floor of government in context. 1st ed. Londres: Edward Elgar Publishing, 2019. p. 86-101.
- MACHADO, N. F. **A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade moral**: fronteiras simbólicas no Programa Bolsa Família. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.
- MACHADO, N. F.; MEDEIROS, R. S. El Bolsa Familia en la encrucijada: apuntes sobre la (des) legitimación de políticas sociales y las reconfiguraciones de los patrones de protección social en Brasil. *In*: SENA, A. (Org.). **La intervención social en el inicio del siglo XXI**: transferencias condicionadas en el orden global. 1. ed. Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2018. p. 151-188.
- MEDEIROS, R. S. Interseccionalidade e políticas públicas: aproximações conceituais e desafios metodológicos. *In*: PIRES, R. R. C. (Org.). **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. 1. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. v. 1, p. 79-103.

PIRES, R. **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. 1. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

RESENDE, A. Rio separa bairro mais pobre de João Pessoa de um dos mais ricos. **G1**, 5 ago. 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/08/rio-separa-bairro-mais-pobre-de-joao-pessoa-de-um-dos-mais-ricos.html>>. Acesso em: 31 maio 2023.

SIMMEL, G.; JACOBSON, C. The poor. **Social problems**, v. 13, n. 2, p. 118-140, 1965.

SOMERS, M. R.; BLOCK, F. From poverty to perversity: ideas, markets, and institutions over 200 years of welfare debate. **American Sociological Review**, v. 70, n. 2, p. 260-287, 2005.

WRATTEN, E. Conceptualizing urban poverty. **Environment and Urbanization**, v. 7, n. 1, p. 11-38, 1995.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

